



REVISTA
DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES

Volume 1 | Número 1 | jan 2022

REDIR



REVISTA

DIREITO, INOVAÇÃO E REGULACIONES

VOLUME 1 - NÚMERO 1 - 2022

PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Mestrado em Direito, Inovação e Regulações
Centro Universitário UNIVEL
Cascavel - Paraná

Editor

Dr. Julio Cesar Garcia

Revisão dos Textos

Manoella Miranda Keller Bayer

Apoio Administrativo

Manoella Miranda Keller Bayer

Editorial e Diagramação

Julio Cesar Garcia

Ficha Catalográfica

Thayse Dal Molin Alérico
Bibliotecária – CRB/9:1948

Capa

Bruno Felipe Felix Barreiros



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R317

Revista direito, inovação e regulações /
Programa de Pós-graduação em Direito do Centro
Universitário Univel. v.1, n. 1 (jan./abr. 2022). -
Cascavel, PR : Univel, 2022.

Quadrimestral.

1. Direito. 2. Inovação. 3. Regulações. I.
Programa de Pós-graduação em Direito do Centro
Universitário Univel.

CDD 340

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária Thayse Dal Molin Alérico CRB 9/1948

Endereço

Avenida Tito Muffato, 2317
85.806-080 - Cascavel, Paraná
Fone: (45) 3036-3636
redir@univel.br
www.univel.br/mestrado



Reitor

Renato da Silva

Pró-Reitor Administrativo

Lucas Renato da Silva

**Coordenadores do Programa
de Pós-Graduação em Direito**

Alexandre Barbosa da Silva

Alfredo Copetti Neto

Conselho Editorial

Aldacy Rachid Coutinho - Centro Universitário de Cascavel - **UNIVEL**

Alexandre Moraes da Rosa - Universidade do Vale do Itajaí - **UNIVALI**

Helena Regina Lobo da Costa - Universidade de São Paulo - **USP**

Ingo Wolfgang Sarlet - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - **PUC/RS**

Marcos Ehrhardt - Universidade Federal de Alagoas - **UFAL**

Phillip Gil França - Centro Universitário de Cascavel - **UNIVEL**

Roberto Miccu - Universidade de Roma - **UNIROMA**

Conselho Avaliador

Adriane Medianeira Toaldo

Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS (2017). Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS (2002). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelas Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, Canoas, RS (1999). Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2021). Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta, Unicruz, Cruz Alta, RS (1995). Professora Adjunta no Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Campus Santa Maria, RS (2004-Atual), na modalidade presencial e EAD, ministrando as disciplinas de Direito Processual Civil, Direito Civil, Prática Jurídica em Direito Civil, Trabalho de Conclusão de Curso e Ética Profissional e Estágio. Atuou como Coordenadora do Curso de Especialização em Direito Processual Civil (2010-2012). Atuou como Coordenadora do Serviço de Assistência Jurídica (SAJULBRA) do Curso de Direito da ULBRA Santa Maria (2010-2012). Advogada (1996-atual), com experiência na área Cível e Processual Civil, com ênfase em Responsabilidade Civil, CDC e Direito de Família. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direitos Fundamentais, Direitos Humanos e Direitos Especiais", (ULBRA), registrado pelo CNPQ (2015-atual). Professora Avaliadora de Curso Integrante do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIs), (2018 - atual). Integra o corpo de Pareceristas ad hoc de várias revistas jurídicas nacionais (2018-atual). Atuou como Coordenadora do Serviço de Assistência Jurídica (SAJULBRA) do Curso de Direito da ULBRA Santa Maria, RS (2019- 2020). Atuou como Coordenadora de Educação Continuada da ULBRA, Santa Maria, RS (2020). Avaliadora Científica do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos (IBEROJUR) (2021) e do Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus 2021-2022). Integrante do Cadastro Nacional e Internacional de Avaliadores do CONPEDI (CNIAC) (2021-atual). Atualmente é coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da ULBRA Santa Maria. Integrante do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Conselho do Curso de Direito da ULBRA Santa Maria. Integrante do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito e do Curso Superior Tecnológico em Serviços Jurídicos e Notariais da ULBRA, na modalidade EAD. Integrante da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ULBRA Santa Maria.

Aldacy Rachid Coutinho

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1984), Aperfeiçoamento em Scienze Amministrative pela Università degli Studi di Roma (1987), Especialização em Antropologia filosófica (1986), Mestrado (1993) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1998). Professora Titular aposentada de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (2017). Pesquisadora e Professora do Corpo Docente permanente do Curso de Mestrado em Direito, Inovação e Regulações da União Educacional de Cascavel (UNIVEL) (2017-) e do Programa de Doctorado en derecho del trabajo, previsión social y derechos humanos da Universidad de San Carlos de Guatemala (2020-). Atua, ainda, como Professora Colaboradora no Curso de Mestrado em História do Pensamento Jurídico da Faculdade Damas (2018-). Integra a Rede Nacional de Grupos de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social - RENAPEDTS, a Rede Brasil-Itália-Espanha de Direito Público - REDBRITES e a Red Interuniversitaria Latinoamericana y del Caribe sobre Discapacidad y Derechos Humanos. Participa dos Grupos de Pesquisa Direito e Regulação (UNIVEL), Trabalho Vivo e Redbrites. Desenvolve suas pesquisas sobre Limites jurídicos à atividade dos agentes de Compliance, na linha Compliance Jurídico e Instituições na UNIVEL (2017-). É Procuradora do Estado do Paraná aposentada e advogada.

Alexandre Barbosa da Silva

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná - Conceito 6 CAPES (2014). Bolsista CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, com estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense (2002). Graduado em Direito pela Universidade Paulista (1994). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado - do Centro Universitário Univel. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito do Centro Universitário Univel e na Escola da Magistratura do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional "Virada de Copérnico" do PPGD da Universidade Federal do Paraná e do Grupo de Pesquisa "Direito e Regulações" do PPGD do Centro Universitário Univel. Foi Coordenador da Graduação em Direito do Centro Universitário Univel. Procurador do Estado do Paraná.

Amélia Cohn

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1972) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1980); professora associada pela Universidade de São Paulo (1992). É sócia do CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO, membro da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Em 1995 recebeu a comenda de Comendadora da Ordem do Rio Branco. Foi presidente e pesquisadora do CEDEC. Tem como linhas de pesquisa: políticas de saúde no Brasil e na América Latina, políticas de combate à pobreza e à desigualdade social, sistemas de proteção social. Autora entre outros, de Cartas ao Presidente Lula - bolsa família e direitos sociais. Atualmente é professora do programa de Mestrado em Direito da Saúde: dimensões individuais e coletivas, Universidade Santa Cecília.

Andre Karam Trindade

Possui Graduação em Direito (ULBRA), Mestrado em Direito Público (UNISINOS) e Doutorado em Teoria e Filosofia do Direito (Università Degli Studi Roma Tre/Itália). Atualmente, é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIVEL/PR. Atua como Editor-Chefe da ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura. Foi presidente da Rede Brasileira Direito e Literatura (2014-2018) e Produtor Executivo do Programa Direito & Literatura (2006-2020), exibido semanalmente pela TV JUSTIÇA. É membro do Grupo de Investigación Intertextos entre el Derecho y la Literatura (USFQ/Equador). Tem experiência na área do Direito, com ênfase na Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Direito Público, desenvolvendo pesquisas nos seguintes temas: direito constitucional, hermenêutica jurídica, direito e literatura. Foi Membro do Comitê de Área Interdisciplinar (Câmara de Ciências Sociais e Aplicadas e Humanidades) da CAPES, de 2010 a 2013. É Consultor Ad Hoc da Área do Direito da CAPES e FAPERGS, além de Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/RS. Sócio do Escritório Streck & Trindade Advogados Associados.

Christian Augusto Slomp Perrone de Oliveira

Bolsista de doutorado Fulbright na Universidade de Georgetown (EUA). Consultor de Políticas Públicas. Ex-Secretário da Comissão Jurídica Interamericana da Organização dos Estados Americanos, Advogado, Doutorando em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), LL.M em Direito Internacional pela Universidade de Cambridge (Inglaterra), Diploma em Direito Internacional dos Direitos Humanos pelo Instituto Universitário Europeu, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) com sanduíche pela Universidade de Giessen (Alemanha).

Guilherme Camargo Massau

Pós-doutor na PUCRS com o Professor Doutor Ingo Sarlet; Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (Bolsista CAPES/Prosup), na linha de pesquisa "Hermenêutica, Constituição e Concretização de Direitos?". Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra (2003-2006). Professor na Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas e no Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pelotas. Concentra seus estudos em Filosofia do Direito, História do Direito, Teoria do Estado e Direito Constitucional. Coordenador do Global Human Dignity Project juntamente com o Prof. Dr. Ingo Sarlet. Livro: Metodologia Jurídica: Do Início da Ciência do Direito ao Iluminismo Português (ebook) Editora Atlas; O princípio republicano constituinte do mundo-da-vida do Estado constitucional cosmopolita, ed. Unijuí; O Estado de Direito e as dimensões da res publica. ed. Prismas; Princípios Constitucionais e Relações Internacionais. ed. Livraria do Advogado. Coordenador, junto com o Prof. Dr. Ingo Sarlet, do Global Human Dignity Project.

Paulo Roberto Pegoraro Jr.

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS, Capes 6), em Teoria Geral da Jurisdição e Processo. Aluno bolsista CAPES/CNPQ. Mestre em Direito Processual e Cidadania pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Professor de Direito Processual Civil e Ética Geral e Profissional dos cursos de graduação em Direito e Pós-Graduação do Centro Universitário Univel e de outros programas de Pós-Graduação lato sensu. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Advogado.

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. EQUIDADE NA SAÚDE: DESAFIOS DO PRESENTE E DO FUTURO PRÓXIMO
Feranda Shaefer Rivabem 12
2. A REGULAÇÃO CONSTITUCIONAL DO DISCURSO DE ÓDIO NO FACEBOOK
Fausto Santos de Moraes; Álerton Poletto 36
3. O INVESTIDOR ANJO E A UTILIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO COMO FORMA DE INVESTIMENTO NAS STARTUPS
Cesar Calo Peghini; Renata Ramos Carrara Pereira 55
4. TUTELA SOCIAL DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS PELO ESTADO
Phillip Gil França; Maria Cecília Soares Vannucchi 81

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

5. AS INOVAÇÕES LATENTES NO SISTEMA LEGAL E AS CATEGORIAS DE DIREITO CIVIL
Francesco Gambino 101
- NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES** 112

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro número do mais novo periódico científico da área jurídica do Brasil, lançado pela UNIVEL – Centro Universitário de Cascavel, por meio de seu Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em Direito.

O Mestrado em Direito da UNIVEL possui como área de concentração o Direito, Inovações e Regulações, sendo objetivo precípuo da REDIR publicizar e fomentar as pesquisas e ideias expoentes nesta área do conhecimento. A REDIR é um periódico quadrimestral e mantém aderência às duas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito:

- (1) Compliance e Instituições, e
- (2) Inovação Tecnológica e Direito.

Formada por um Conselho Editorial da mais alta relevância científica e acadêmica, e um rol de avaliadores especializados nas diversas áreas de seu escopo, a Revista Direito, Inovação e Regulações possui o compromisso com a produção científica de alta qualidade, e da promoção do desenvolvimento sustentável e da transformação do país por meio da educação.

A inovação representa um termo multifacetado, que expressa tanto movimentos históricos de progresso quanto articula nova ideologia tida como característica inerente das sociedades contemporâneas. Aponta para processos promotores de melhorias ou incremento da realidade, inclusive pelo potencial de extensão do humano.

É nesta complexidade de significados que se deve realizar a análise crítica das relações do Direito, das instituições e da sociedade com a inovação. Notadamente no caso das tecnologias, que alcançam hoje desenvolvimento sem precedentes, a inovação promove transformações significativas, em muitos casos, disruptivas.

A inovação, como um fenômeno social, é necessariamente dependente do Direito. A influência jurídica sobre o desenvolvimento da ciência se dá pelos imperativos e pela imaginação: ou seja, pela linguagem. A esta atribui-se credibilidade e valores, que proporcionam técnicas para sua regulação. É neste contexto que a inovação atinge o próprio Direito, desafiado agora a fortalecer-se e, até mesmo, a se reinventar. Ao tomar a inovação tecnológica como aliada, o Direito encontra campo fértil para impor-se, disseminar-se e ocupar seu espaço: ao inovar a regulação, o Direito amplia sua vocação para regular a própria inovação, legitimando-se e assegurando que o campo ético seja preservado.

O compliance e as instituições compõem outro campo de imensa relevância para a produção jurídica, pois representam instrumentos e corolários da evolução social, econômica, cultural e política do país. Em suas diversas vertentes de fundamentação teórica, ambas as áreas apontam para a relevância ética e da estabilidade jurídica para a atuação de organizações públicas e privadas.

Quando a regulação da inovação ou a inovação da regulação alcançam as práticas de compliance e atingem ou interagem com as instituições, os desafios, problemas, realizações ou benefícios da sociedade contemporânea marcada pelo uso e abuso das tecnologias vem à luz. Ao jurista pesquisador conectado ao seu tempo, surgem neste contexto as reflexões, questionamentos e proposições que reclamam por debate e disseminação.

Neste número inaugural os dois primeiros textos trazem uma abordagem regulatória, sendo o primeiro na seção de doutrina nacional de Fernanda Shaefer Rivabem, pesquisadora no UniCuritiba, a tratar de aspectos relevantes da equidade aplicada a área de saúde, em especial após os efeitos da pandemia do Covid-19 e a crise no Sistema Único de Saúde. A partir de uma análise comparativas com outros países, o texto reflete sobre a justiça distributiva de modo a superar aquilo que a autora chama de gestão morboocêntrica.

Os pesquisadores Fausto Santos de Moraes e Álerton Emanuel Poletto, do PPGD da Faculdade Meridional – IMED, tratam dos aspectos regulatórios sobre o discurso de ódio no Facebook. Mesmo diante do caráter transnacional das operações da rede social, a ordem constitucional brasileira prevalece nas relações estabelecidas em seu território. O texto aborda as relações entre a liberdade de expressão e de comunicação e suas limitações pelo STF, empregando-se ainda meios de moderação, especialmente, do discurso de ódio, naquilo que os autores chamam de constitucionalismo digital.

O terceiro artigo trata de aspectos da inovação e seus efeitos sobre as relações contratuais envolvendo investimentos em startups. Os pesquisadores Cesar Calo Peghini e Renata Ramos Carrara Pereira do PPGD da FADISP enfrentam os problemas decorrentes da dificuldade de captação de recursos por novos negócios, em especial pela figura do chamado investidor anjo, a partir da análise das vantagens e oportunidades criadas pelas sociedades em conta de participação.

O quarto artigo que fecha a seção de doutrina nacional é do pesquisador do PPGD da Univel, Phillip Gil de França e da professora da UNIDEP, Maria Cecília Soares Vannucchi, que aprofundam a análise sobre a atuação do Estado na proteção de dados pessoais sensíveis, partir de referências sociais. Trata-se de tema atual e relevante no cenário da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados a partir da constatação dos autores para o fato de que os titulares não podem impedir a circulação de todos os seus dados em uma sociedade democrática, mas que isto não afasta o papel do controle da administração pública na tutela social para a proteção destes dados.

E finalmente, na exposição de doutrina internacional, contamos com a publicação do texto sobre as inovações latentes no sistema legal e sua relação com as categorias de direito civil, de autoria do pesquisador Francisco Gambino da Universidade de Macerata na Itália. Atendendo ao nosso convite, o professor italiano apresenta pela primeira vez suas considerações sobre este tema em português, com a tradução do professor Julio Cesar Garcia, do PPGD da Univel. Diante do aumento das relações entre inovação e direito, esta análise crítica serve de auxílio para a compreensão do que pode ser considerado novidade no mundo jurídico, e de que modo as inovações jurídicas afetam e se relacionam com as categorias que marcam o direito, em especial o direito civil.

Estas reflexões tecnicamente avançadas, permitem afirmar que a Revista de Direito, Inovação e Regulações do Programa de Pós-Graduação em Direito da Univel, nasce em alto nível. E por meio de seus textos e reflexões, exerce o papel de instigar o pensamento crítico, fomentando mudanças e contribuindo para transformações sociais e culturais. Este é o papel do conhecimento aplicado, apontando para possíveis saídas para que a incessante e inevitável inovação esteja alinhada e submetida aos princípios e valores fundantes da nossa República justa, igualitária, sustentável e livre.

Prof. Dr. Júlio Cesar Garcia
Editor